

©Copyright, 2006. Todos os direitos são reservados. Será permitida a reprodução integral ou parcial dos artigos, ocasião em que deverá ser observada a obrigatoriedade de indicação da propriedade dos seus direitos autorais pela INTERFACEHS, com a citação completa da fonte. Em caso de dúvidas, consulte a secretaria: interfacehs@interfacehs.com.br

POR UMA HISTÓRIA DO LIXO

Rosana Miziara

Doutoranda em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Diretora de memória empresarial da Companhia de Notícias
rosanamiziara@terra.com.br

RESUMO

O artigo aborda algumas dimensões da história do lixo na cidade de São Paulo e no Brasil. A análise se inicia no século XIX, período em que as ameaças causadas pelas epidemias conferem novos significados ao lixo, enquanto as autoridades municipais e estaduais criam 'normas' para organizar os espaços da cidade, os locais de despejos do resto e as formas de coleta. Ao mesmo tempo, ganha corpo o debate sobre a utilização do método incineratório para dar cabo dos dejetos e, por extensão deste, a atividade dos trapeiros passa a ser considerada nociva para o conjunto da cidade. A análise desse debate revelou a emergência de algumas intolerâncias novas em relação ao lixo. Essa abordagem se estende até a década de 1970, época que representa um novo marco para a história do lixo. Surgem alguns objetos novos, como o saco plástico. Algumas instituições públicas são criadas, e outras, reformuladas, para dar conta das novas preocupações com os restos. Evidenciou-se nesse percurso que o lixo foi se tornando algo rentável, alvo de disputas entre empresas e entre interesses diversos, intensificando seu processo de fragmentação. Procurou-se perceber como a noção de lixo que temos hoje foi construída historicamente.

Palavras-chave: lixo; restos; cidade; história; legislação.

DEBAIXO DO TAPETE OU O LIXO TORNANDO-SE PERIGOSO

Os oficiais do Senado da Câmara desta cidade de São Paulo que presente servimos pela ordenação de sua majestade que Deus guarde, fazemos saber a todos os moradores desta cidade, de qualquer qualidade ou condição que diante façam botar os ciscos e os lixos de suas casas nas paragens, declaradas, a saber, nas covas que estão atrás da misericórdia nova e nas covas que estão de frente de Santa Tereza e somente o façam nestas paragens e as pessoas que fora destes lugares botarem os tais lixos serão condenadas por cada vez em seis mil-réis sem que lhes sirva de desculpa o ignorarem onde seus servos botam os tais lixos, pois o deverão examinar e fazer escutar como pelo que o presente quartel ordenamos.¹

A partir desse edital – que passa a ser freqüente depois de 1720 – podemos notar um indício do processo que tentou regulamentar a destinação do lixo na cidade de São Paulo. Até a primeira grande epidemia que atacou a cidade, entretanto, esse tipo de regulamento possuía ainda um caráter provisório, e até aquele momento a norma a esse respeito era reiterada em função de acontecimentos especiais, sendo o local de destino do lixo próximo ao centro de aglomerados populacionais.

Bruno (1984, p.156) destaca que, no período seiscentista, o poder municipal decretava a limpeza geral da Vila de São Paulo de Piratininga em função das festas e procissões:

Em 1623, falava-se, nas atas da Câmara, na proximidade da procissão de Santa Isabel, Festa del Rei, sendo então convidados os donos de casas a limpar e carpir testadas. E, em 1625, aproximando-se o dia da Procissão de Passos, determinava-se que cada morador mandasse o seu negro com sua enxada carpir o adro da Igreja e a praça desta vila.

E ainda comenta que as Atas de 1635, 1637, 1640 e 1642 reproduziam determinações do “governo municipal para que os moradores da vila limpassem as ruas dos cardos e espinhos que havia em abundância, para que se acabasse com a raiz de tão má erva de que se ia enchendo esta vila”.

Por meio dessas breves citações da obra de referência de Ernani da Silva Bruno é possível perceber que a preocupação com a limpeza da cidade concentrava-se no espaço público e em momentos de festejos. Outra pista que a leitura desse inventário e de algumas Atas da Câmara sugere é a identificação do conteúdo do que era considerado sujo ou imundície: em geral, era relacionado a elementos naturais, definidos por “restolhos de natureza”, “cardos e espinhos”. Em outra passagem da obra aparecem referências a “ervas, matos e sujeiras de bicho” que enchiam as “ruas piratininganas”.² Ou seja, além dos elementos vegetais, excrementos de animais compunham o conceito de imundícies, que, por sua vez, faziam parte da paisagem da Vila. O que pode atestar o quanto elementos de um mundo natural estavam habitualmente presentes no meio urbano.

Ora, naquele momento, pela noção que se tinha de limpeza vinculada ao espaço público, bastava tirar do campo de visão as sujidades que incomodavam o olhar. Limitada a ocasiões extraordinárias, a preocupação com a limpeza pública não era ainda um sistema técnico. No curso ordinário dos dias, esse sistema possuía a forma de uma atividade realizada por escravos e detentos condenados às galés, geralmente pretos, que andavam pelas ruas sob vigilância, tilintando suas pesadas correntes (BRUNO, 1984, p. 169). Dias (1994, p. 130) ressalta que “um forte preconceito envolvia o desempenho de atividades consideradas mais aviltantes: dispor do lixo, carregar águas nas fontes, lavadeiras ... eram funções geralmente desincumbidas por negras ou mulatas forras”.

Na realidade, a necessidade de limpeza das ruas apoiava-se mais em valores morais e intenções punitivas do que em um ideário sanitário. Quem realizava esse trabalho de recolhimento das sujeiras eram os considerados excluídos da sociedade: negros e mulatas forras e os fora da ordem ‘presos’, estes também vinculados à imagem de dejetos.

Outro ponto que merece destaque é que os locais designados para a disposição dos dejetos eram bastante identificados às pessoas, isto é, eram designados como vizinhos a alguns moradores e estavam dispostos a uma distância de menos de um quilômetro da vila:

no terreno próximo ao rio Anhangabaú, defronte os fundos das taipas e muros das casas do Tenente Joaquim Manuel Prudente, no fundo da pequena casa entre a ponte de Marechal, e a casa de Bento Vieira;

no terreno que fica além da última casa pertencente ao mosteiro de São Bento;
no terreno próximo ao rio Tamanduateí, que fica nos fundos da casa do Tenente Coronel Antônio Maria Quartim;
no buracão do Carmo, no lugar imediato à primeira casinha pertencente a este conselho...³

Essa proximidade das pessoas com o lixo era, até meados do século XIX, percebida e vivida como algo, se não natural, pelo menos pouco problemático. Não que mais tarde isso não viesse a ocorrer, mas seria, pelo menos em discurso, um procedimento condenável; exceção feita às ocasiões de festas públicas.

Não demoraria muito, contudo, para que, dos eventos festivos, a preocupação com o lixo fosse agudizada e vinculada ao aparecimento de epidemias. Apesar de os editais a respeito serem pontuais, pois eram reiterados em função das epidemias, sua emergência e seu alastramento despertaram suspeitas e acalentaram receios de que, por vezes, iriam servir como argumento para a produção de normas para a coleta e o depósito de lixo na cidade. Assim, por exemplo, até então os locais designados para o depósito de lixo eram denominados becos, buracões, ribanceiras, termos que possuíam uma carga pejorativa: “Beco do Mosquito”, “Beco da Cachaça”, “Beco do Inferno”, “Beco Sujo” – essas localidades eram das mais freqüentadas da cidade: “de dia era uma aglomeração de negros, à tarde, burros de carga, compradores e uma nuvem de meretrizes de baixa renda” (DICK, 1996, p.271-299). Logo, porém, a nomenclatura desses locais foi mudada, numa tentativa de apagar os ‘nomes grosseiros’ criados pela população. E, com a ameaça dos surtos epidêmicos, esses locais de despejo passaram a ser vistos como causa de insalubridade pelo poder público e pelos higienistas.

Mas, nesse momento, a desconfiança recaía muito mais sobre o ar. Ou seja, os depósitos de imundícies eram fatores que contribuíam para alterar a qualidade do ar, focos propagadores de miasmas, causadores de doenças. Assim estavam presentes por todo e qualquer local onde houvesse lixo; além de estar nos locais públicos, o lixo se fazia presente nos quintais das casas. Com a emergência das epidemias e a influência do poder médico, o ar tornou-se suspeito, por isso era necessário purificá-lo. E, como o ar penetra por toda parte, dos locais públicos às moradias, o lixo passou a ser também objeto de preocupação da casa, do espaço privado.

Em suma, com as epidemias, o lixo tornou-se alvo de preocupações de autoridades, um perigo para a ordem pública e para a saúde. A população, entretanto, convivia com ele. Concomitantemente a esse território do perigo que o lixo representa, as atividades a ele relacionadas passaram a ser classificadas como perigosas. Alguns anos mais tarde, carroceiros, sucateiros e trabalhadores que viviam do lixo seriam considerados ameaça à ordem e perseguidos. A partir das epidemias, pode-se perceber ainda a elaboração ou a articulação de algumas medidas para sanear a cidade. Entre elas, destaca-se a coleta do lixo, a construção dos cemitérios e o alinhamento das ruas e das casas. Fazia-se necessário asfaltar as ruas, pois, segundo as autoridades públicas, as várzeas da cidade precisavam parar de receber detritos. Essas medidas faziam parte de um debate mais amplo sobre o saneamento da cidade.

Havia um entrelaçamento entre várzea, cemitério e matadouro, até mesmo no que tange à intolerância em relação ao odor desses locais. Naquele momento, esses espaços em permanente atividade corroboravam a criação de uma imagem de morte: o lixo representa a morte vegetal; o matadouro, a morte animal. Corpos mortos precisariam, portanto, estar fora do centro, longe do campo de visão, porque não têm utilidade e, assim, incomodam, são causadores de doenças e mau cheiro, transformam-se em problemas e necessitam ser embalados e colocados em locais apropriados.

Vale ressaltar, ainda, que a pavimentação das ruas está intimamente relacionada com a preocupação pela retirada das imundícies, pois elas se compunham com o barro, dificultando ou impedindo o bom trânsito da cidade. E esse é um fator importante, pois, como se verá adiante, as empresas de asfalto incorporarão no rol de suas atividades o recolhimento e o tratamento do lixo.

Essa ampliação e transformação dos significados do lixo pode ser notada no Código de Posturas, que foi editado em 1875 e ampliado em 1886, no qual a preocupação central era a demarcação do espaço público e a normatização de sua circulação. É interessante observar que o artigo VII, intitulado “Da higiene e salubridade pública”, é bastante expressivo em relação à abrangência da preocupação com a organização dos lugares da cidade.

Art. 82 – Quando chegar ao conhecimento do fiscal que, dentro de alguma casa ou quintal, existem objetos em tal estado que possam prejudicar a saúde pública, pedirá licença para inspecionar, e se porventura, o fiscal reconhecer a veracidade do fato, intimará o morador ou

proprietário para, dentro de 24h, removê-los. Caso a inspeção seja negada por má vontade, o fiscal procurará o auxílio da autoridade policial, a fim de proceder a vistoria. O morador ou proprietário, em cuja casa se verificar a existência de tais objetos, sofrerá a multa de 5\$.

Parágrafo único – Qualquer vizinho que for incomodado pelas exalações nocivas de tais objetos e imundícies, dará parte ao fiscal facilitando-lhe os exames necessários para melhor atender à sua reclamação. ...

Art. 96 – É proibido queimar nas ruas, largos ou pátios da cidade e povoações, palhas, cestos, barricos, lixo ou quaisquer cousas que possam corromper a atmosfera.

...

Art. 98 – A Câmara designará os lugares próprios para neles ser feito o depósito de lixo e terra, afastando o mais possível das proximidades da cidade...⁴

Atividades que até então eram realizadas nas ruas começaram a ser consideradas indesejáveis, e, ao mesmo tempo, as imundícies se tornaram alvo de preocupação, tanto do espaço público quanto do espaço privado.

Em 1893, a Intendência de Polícia e Higiene, em relatório enviado à Câmara sobre o trabalho de “uma comissão especial”, composta por cinco membros (engenheiro-chefe de repartição das obras municipais, engenheiro sanitário e três delegados de higiene), realizou inspeção nas habitações e cortiços do distrito de Santa Ifigênia. Isso ocorreu por ocasião das epidemias de febre amarela, a fim de se apresentarem medidas no sentido de destruir os focos de insalubridade responsáveis pela propagação da febre. Dessa maneira o documento ressalta: “A seu turno, a Intendência tem procurado secundar esses esforços, na medida de suas forças e atribuições, mandando os fiscais visitar casa por casa, fazendo remover todo o lixo acumulado nos quintais”. Tudo em prol da “higiene e embelezamento da cidade”.⁵

Em 1893, através do Ato nº 2, de 6 de maio,⁶ foi feito o primeiro contrato protocolado, já com uma empresa particular em São Paulo, para os serviços de coleta domiciliar e de varrição, lavagem de ruas, limpeza de bueiros e bocas-de-lobo, incineração de lixo e limpeza de mercados; a empresa era a Mirtil Deutsch e Fernando Dreyfus; o contrato duraria até 1913. Porém, alguns anos antes, em 1869, mediante um

prazo de dois anos, a Câmara havia firmado contrato com o empreiteiro Antonio Dias Pacotilha.⁷ Nota-se, assim, que as autoridades, ao tomarem as primeiras medidas visando à implantação dos serviços relacionados ao lixo, já o fizeram a partir das empresas particulares.

Em 1894, foi promulgado o primeiro Código Sanitário do Estado, com mais de quinhentos artigos sobre procedimentos de higiene e saúde pública. Regulamentava o espaço privado e o espaço público: ruas, praças, habitações, fábricas, oficinas etc. Estendia as normas de higiene para outras esferas dos habitantes da cidade de forma mais rigorosa do que as Posturas Municipais.

Apesar de a preocupação com o saneamento estar presente no Código de Posturas, tal tema foi tratado mais profundamente pelo governo estadual, como se pode observar pela criação do Código Sanitário e da Diretoria de Higiene. Nesse Código é possível compreender que o 'resto' traçará efetivamente uma geografia da cidade, indicando os níveis de urbanização. O Código estabelece como norma básica o afastamento dos centros urbanos ou populosos de tudo aquilo que pudesse depor contra os preceitos de civilidade e, conseqüentemente, de higiene. Dessa maneira, lixo, pobres, mortos, vacas, bois, indústrias poluentes, operários e habitações coletivas fazem parte do mesmo espaço, daquilo que precisa estar fora do centro da cidade. O Código Sanitário é a sistematização dos caminhos trilhados pelos médicos a partir da ameaça da febre amarela. Foi a tentativa mais elaborada, naquele momento, de normatizar os costumes da população, o que influenciaria de forma mais incisiva as leis e os decretos municipais. Foi a construção mais lapidada da tendência que vinha se esboçando na cidade, ou seja, a constituição de espaços específicos para os restos.

Até esse momento, entretanto, é possível afirmar que a população ainda podia manipular seus restos livremente. O saber e as formas de reaproveitamento ou não dos restos permaneciam em suas mãos.

O FOGO TUDO PURIFICA⁸

Com a emergência das epidemias em meados do século XIX, não bastava apenas especificar os locais para amontoar os detritos. Daí em diante, fazia-se necessário criar um método técnico para transformar o lixo, levando em consideração o seu não desperdício. Destacam-se aqui os incineradores, que, por meio do seu processo de

queima, produziram energia para algumas localidades de São Paulo. O método incineratório tinha por princípio básico o não desperdício de energia. Pois, nessa cidade, assim como em muitas outras do período industrial, que se aquecia e acelerava seu ritmo, pretendia-se transformar pessoas e objetos em energia, ou melhor, em elementos produtivos nos espaços de trabalho, de lazer, nas esferas do público e do privado.⁹

Colaborador na *Revista Sanitária* e inspetor sanitário em 1900, o dr. Cavalcanti foi incumbido pela Diretoria do Serviço Sanitário de estudar o modo como se fazia o serviço de limpeza pública na cidade e apresentar relatórios desses estudos por ocasião do término do contrato entre a municipalidade e a empresa Mirtil Deutsch e Fernando Dreyfus. Iniciou seu relatório salientando que, com o desenvolvimento da capital nos últimos dez anos, as autoridades encontravam-se embaraçadas para dar soluções ao serviço de limpeza pública. Classificava o serviço de “lento, insuficiente e perigoso”, assim merecedor de uma reforma. Aos seus olhos, a cidade era diariamente palco de “um desagradável espetáculo, devido às carroças que recebiam os detritos das casas, circulando de madrugada pelas ruas centrais da cidade, lotadas de lixo” (*Revista Médica*, 15 set. 1900, n.9, p.212). Essa circulação de detritos pela cidade o incomodava. De modo geral, ela incomodava porque os detritos viviam na condição de nômades; no momento da circulação e mesmo quando estavam dispostos na calçada tornavam-se propriedade de ninguém, em territórios sem donos.

De modo específico, o lixo também incomodava, o que se comprova pela maneira como ele era transportado e tratado. Em 1900, as carroças da limpeza eram “de madeira, sem nenhuma camada de verniz, ou de qualquer substância que as torne impermeáveis ou facilmente desinfetáveis”. Esse sanitarista, inconformado com a sujeira da cidade e com os maus hábitos da população, via no incinerador uma maneira civilizada de colocar São Paulo na sua devida trajetória: a do progresso. Isso será fruto de um intenso debate entre o então prefeito de São Paulo, Antônio da Silva Prado, e o dr. Emílio Ribas, ocorrido entre 1900 e 1905, por ocasião do vencimento do contrato de limpeza pública com a empresa particular.

A título de apresentar uma proposta ou indicativos de soluções para o lixo, sugere Emílio Ribas que se faz necessário calcular a produção diária dos dejetos. A partir de 1907, essa tendência seria verificada nos relatórios do prefeito enviados à Câmara:

A quantidade média, geralmente admitida, é de 1 quilo por dia e por habitante. Entretanto, a observação feita em muitas cidades demonstra que

em nenhuma dessas essa medida é atingida. Em Paris o cubo total do lixo em 1894 foi, mais ou menos, um milhão de metros cúbicos ou 589 mil toneladas, dando ao metro cúbico o peso médio de 530 quilos; o que dá 240 por habitante e por ano menos um terço da quantidade aceita como média de produção.

... Dando São Paulo uma população de 200.000 mil habitantes, pode-se calcular a sua produção média de lixo em 10.000 kilos, ou 120 toneladas diárias. (*Revista Médica de São Paulo*, n.9, 15 set. 1900, p.231)

As pessoas passam a ser conhecidas em parte pela quantidade de lixo que produzem. Essa tendência de tornar o lixo um objeto quantificável já ocorria na Europa. Na realidade, esse tipo de cálculo revela mais do que a preocupação em quantificá-lo. Ele indica a possibilidade de tornar o lixo um termômetro da produção e do consumo da cidade, assim como possibilita perceber a cidade a partir de categorias gráficas. A quantidade de lixo produzida por uma pessoa é índice revelador de seus hábitos cotidianos. Ao mesmo tempo, esse tipo de prática começaria a permitir que se calculasse o preço do lixo.

Outrora, os restos podiam ser vistos, manipulados. Paulatinamente, passam a ser inseridos na lógica de produção capitalista e, como tal, numa lógica de não desperdício. O lixo era, aqui, postulado como um problema que requeria uma solução técnica. E, ao mesmo tempo, o que se podia observar era que estava ocorrendo uma transformação da cidade, a partir de uma nova sensibilidade em relação aos dejetos.

O primeiro aspecto dessa transformação está na resolução da retirada do lixo dos quintais, o que foi um marco. Dessa maneira, o lixo passou do universo privado para o público, envolvendo novos ofícios, objetos, vereadores, médicos e engenheiros sanitários, assim como a produção de um discurso normatizador. Tirar o lixo do quintal significou classificar de inútil o que usualmente não o era. O lixo passou a ser o resto daquilo que foi útil. A partir do resto ocorre a fusão entre universo público e privado. Evidentemente, essa tendência estava inserida numa economia política de 'restos' (imigrantes, negros, prostitutas, bêbados, loucos, pobres, trapeiros, sucateiros). O próprio Código Sanitário era o Código da política para combater os restos e, a partir de sua divulgação, constroem-se os preceitos de higiene da cidade.

Ao mesmo tempo, com a crescente urbanização da cidade, o lixo varrido para debaixo do tapete se espalha através dos ventos, poeiras, moscas, mosquitos,

miseráveis, trapeiros e ratos. A tentativa de esquadramento, planejado pelas autoridades sanitárias e pelo poder municipal, não cessa de ser desestruturada pela presença dos restos. E eles colocam em xeque a pretensa ambição de modernização daquelas autoridades.

DA POUBELLE¹⁰ AO SACO PLÁSTICO

Em 1971, as tão populares latas de lixo passariam a estar com seus dias contados. Nessa data uma experiência foi feita com sacos de polietileno, abrangendo mil residências, durante trinta dias, nos bairros de Bela Vista e Paraíso; foram utilizados sacos de 20, 60 e 100 litros. Juntamente com os sacos, foi entregue um questionário, no qual as pessoas teriam de apontar as vantagens e as desvantagens desse método de acondicionamento de lixo. O resultado da pesquisa foi este: 76,9% dos entrevistados acharam que o saco de lixo poupa serviço para a dona-de-casa ou para o estabelecimento; 85,1% acharam que poupa serviço para o coletor; 93,3% julgaram que esse método é mais higiênico; 83,8% que é mais prático; 76,8% que é mais estético; 82,9% que evita furtos.¹¹

Como decorrência desse acontecimento, por disposição da Lei nº 7.775, de 1972, a Prefeitura, julgando um sucesso essa última experiência, tornou obrigatório o uso de saco plástico para acondicionamento do lixo nos locais de coleta noturna, sendo seu uso facultativo nos demais.

Não se trata, aqui, de entrar no mérito das vantagens ou desvantagens da utilização do saco plástico em detrimento das latas. Entretanto, na experiência descrita, vários aspectos chamam a atenção. Primeiro, a novidade ficaria restrita às zonas onde se fazia a coleta noturna, ou seja, nas zonas centrais. O dado de que 82,9% avaliaram que ele evita furtos é revelador, mais uma vez, de que a suposta ação de catadores ainda era pouco aceita. Era como se o lixo devesse pertencer exclusivamente às empresas coletoras. E, ainda, a preocupação com a padronização estética era algo que continuava presente nos discursos normativos. Essa tendência começou a se manifestar de forma mais contundente com a adoção das latas de lixo, no início do século XX. A diferença é que o saco plástico parecia tirar os dejetos mais rapidamente do campo de visão. Diante dele, as latas, que já haviam sido sinal de civilidade, modernidade e higiene, passariam a ser consideradas sinais de atraso, velhice e falta de higiene.

É interessante notar como o uso de um objeto descartável, o saco plástico, é revelador de mudanças nos hábitos de consumo da população, mas também no ofício do funcionário da limpeza, no trânsito pela cidade, ou mesmo na arquitetura dos interiores. O saco plástico vai concorrer com o uso dos antigos tubos de queda dos apartamentos, existentes desde o começo do século XX. Não demorará muito para que esses tubos sejam proibidos. Os zeladores dos prédios, ou faxineiros, passam a ser obrigados a recolher os sacos na porta dos próprios apartamentos.

Outra transformação relacionada à utilização dos sacos plásticos é o trabalho do funcionário da limpeza pública, que sofreu sensível mudança: tornou-se mais veloz. Para utilizar a expressão de Santos (1996), os lixeiros passam a ser conhecidos como os “atletas do lixo”. Isso ocorreu pouco a pouco, conjuminando com a entrada em cena do saco plástico e dos caminhões basculantes. O trabalho de dois homens no recolhimento das antigas latas de lixo agora passa a ser feito por um, correndo diante da residência, arremessando os sacos no caminhão triturador, voltando e já recolhendo de outra residência. O trabalho, nesse sentido, tornou-se controlado, permanentemente, pela velocidade do próprio caminhão, ou melhor, pela velocidade que o homem imprime à máquina. O funcionário, por sua vez, inicia uma corrida de oito horas diárias para alcançar o caminhão.

Outra mudança concomitante ao emprego dos sacos de lixo foi relativa à cor dos uniformes dos funcionários, sobretudo dos que são contratados pelas empreiteiras. Esses funcionários passam a usar uniformes coloridos, com o nome da empresa estampado, o que mostra também que o funcionário deveria ter uma clara identificação, ou seja, não poderia ser confundido com os catadores, ao mesmo tempo em que ele próprio funcionava como uma espécie de propaganda ambulante para as empresas que o contratavam.

POVO DESENVOLVIDO É POVO LIMPO

Em 1971, a Assessoria Especial de Relações Públicas (Aerp), o principal órgão de comunicação da ditadura militar, abriu licitação para que agências de propaganda apresentassem uma proposta de campanha educacional sobre limpeza. Assim, em 1972, foi veiculada uma grande campanha nacional contra o mau hábito de espalhar lixo em lugares públicos. O (anti) herói dessa campanha era o personagem Sujismundo, criado

pelo publicitário Ruy Perrotti, diretor da Lynxfilm. O *slogan*, marca registrada da campanha, “povo desenvolvido é povo limpo”, ficou a cargo da agência de propaganda Merco (Porto Alegre).

A campanha do Sujismundo foi veiculada na televisão e nos cinemas, e dividia-se em quatro situações-lugares diferentes: no escritório, na cidade, na praia e na escola.

No episódio da cidade, Sujismundo se apresenta como um sujeito simpático, que anda distraidamente jogando lixo na rua. Seu terno evoca desleixo e algumas moscas sobrevoam sua cabeça. Nessa peça publicitária, ele contracenava com o gari Claridalvo, que vê sua condição ameaçada pelos maus hábitos de Sujismundo. Nesse caminhar descompromissado, Sujismundo pára e apóia o pé sobre uma lata de lixo para amarrar os sapatos, mas tropeça nela e acaba dentro do carrinho de Claridalvo, que apresentava o seguinte *slogan*: “Conserve a cidade limpa”. A história é contada por uma voz em *off*, acompanhando as ações do personagem. Quando Sujismundo entra em cena, o narrador diz: “Sujismundo é um desses sujeitos que não se preocupam com a limpeza”. Conforme o personagem joga restos no chão, entra a voz do narrador: “E não respeita o trabalho dos outros. O gari já o conhece e sabe que, por causa dele, vai trabalhar muito mais. Sujismundo não respeita o bem comum”. Quando o personagem tropeça e cai na lata de lixo, o narrador termina com a célebre frase, marca registrada da campanha: “Será que agora ele vai aprender? Povo desenvolvido é povo limpo”.

Essas campanhas veiculavam o preceito de que as pessoas tinham de ter bons hábitos, ser limpas ou, melhor, precisavam ser civilizadas para ser desenvolvidas. E esses hábitos do povo é que tornariam o espaço (nação) limpo. A ordem urbana é aqui veiculada como resultante da ordem individual, adquirida graças ao próprio esforço.

A cidade, representada pelo simpático personagem Sujismundo, é construída pelos hábitos de um povo, e esses hábitos serviriam de termômetro para medir o grau de desenvolvimento desse povo, da cidade e da nação. No início do século XX, as medidas técnicas tomadas para destinar o lixo eram representativas do grau de civilidade da cidade. Agora, fazia-se necessário que os habitantes colaborassem para que a cidade fosse não só civilizada, mas também desenvolvida. Nesse sentido, a década de 1970 é um marco para a história do lixo no Brasil.

NÃO DESPERDICE O QUE DÁ LUCRO: DO PÚBLICO AO URBANO

Até 1966, o serviço de limpeza pública era realizado por administração direta, através da Secretaria Municipal de Higiene – divisão de Limpeza Pública. Mudança significativa nessa divisão ocorreu em 1976, quando passou a chamar-se Departamento de Limpeza Urbana (Limpurb).¹² O lixo já não era mais somente uma questão de ordem pública, mas podia se abrir aos interesses públicos e privados do espaço urbano, um assunto que dizia respeito a várias instituições da cidade, e não apenas à municipalidade. Ocorreu, assim, a intensificação da dominação do setor privado sobre o público e, com isso, os restos espraíram-se cada vez mais pela cidade, apesar de serem o mote para tal entrelaçamento e sobreposição de poderes.

Concomitantemente à criação da Secretaria de Serviços Municipais, foram criadas as Administrações Municipais, que passaram a fiscalizar os serviços de coleta. Nesse mesmo período também foram aposentados os últimos 27 animais, sendo assim implantada a coleta domiciliar motorizada como único meio oficial para realizar essa tarefa. Na cidade moderna dos automóveis, os animais de tração circularam até o fim da década de 1960 para realizar o trabalho da coleta.

A estruturação do serviço de limpeza pública na cidade, que ocorreu mais especificamente com a criação do serviço sanitário, tinha um caráter mais geral, compunha um pedaço do mosaico das preocupações da época. Já a partir da década de 1960, essa nova organização demonstra, primeiro, a incorporação do próprio termo ‘técnico’ nas suas 24 divisões, conferindo aos dejetos um caráter eminentemente técnico (seção técnica de coleta e transporte de lixo, seção técnica de varrição, divisão técnica de compostagem etc.). Segundo, apesar de o lixo ser objeto de preocupação de várias instituições públicas, ele acaba ganhando um departamento específico, com seções específicas para cada tipo de tratamento. E, sobretudo, passa da Secretaria de Higiene para a Secretaria de Obras.

Ao mesmo tempo, apesar de continuar a ser associado a um problema de saúde, o lixo se tornou, de forma mais acentuada, objeto de disputa pelos engenheiros, pois ganhou força a sua faceta de objeto de obra, construção, engenharia, assumindo um caráter especializado e técnico.

Em 1978, o relatório de atividades do Departamento de Limpeza Urbana veiculava uma história em quadrinhos, na qual dona Margarida, inquirida pelo personagem Cascão sobre se a limpeza pública era cara, responde: “é um trabalho que só dá despesas,

mesmo quando o lixo é reaproveitado. Isso só serve para diminuir os gastos que a prefeitura tem para conservar a cidade limpa”.¹³

A empresa Usimeca, ao fazer propaganda de seu “coletor-compactador Gar-Wood”, também ressaltava: “Você pode não estar perdendo dinheiro, mas certamente está há muito tempo deixando de ganhar, na coleta de lixo. Já é hora de você lucrar, coloque na sua empresa um Gar-Wood/Usimeca. É rápido, potente, funcional, compacto e econômico”.¹⁴

Os dois enunciados destacados falam do mesmo assunto: coleta de lixo na cidade. Se, para a prefeitura, essa atividade era onerosa, uma vez que se tratava de um serviço considerado obrigatório, para a empresa privada ela era lucrativa. Essa diferenciação entre o que seria lucrativo e não-lucrativo tanto para um como para o outro serviria de justificativa básica para que as empresas privadas ganhassem uma espécie de selo de qualidade e eficiência para manter a ordem na cidade.

POR UMA HISTÓRIA DO LIXO

A partir de recortes de maneiras antigas e novas de tratar o lixo, podemos confrontar a densidade de interesses políticos e sociais constituintes daquilo que médicos, autoridades públicas, publicitários e empresários definiram, cada um a seu modo, como o limite da cultura e seu resto.

Como foi possível ao lixo conquistar um espaço cada vez mais importante na sociedade, transformar-se em riqueza industrial, em objeto de disputa entre grandes empresas e em assunto fundamental para congressos nacionais e internacionais ligados ao meio ambiente? Como jogar fora tornou-se um hábito tão comum quanto cozinhar e escovar os dentes?

O arremesso da lata vazia de óleo (hoje é de plástico) na lixeira, de forma automática, que não requer um segundo de raciocínio e nem meio de arrependimento, representa uma atitude recheada de conteúdos! Esse ato, aparentemente insignificante, resulta da introjeção de costumes que vêm sendo construídos ao longo da história. Perseguir os rastros dos restos é colar fragmentos reveladores de uma história (des)contínua em que as fronteiras entre o público e o privado se interpenetram. Em diversos momentos houve a criação de aparatos, tecnologias e saberes que emergiram ao sabor das transformações históricas da sensibilidade humana em relação aos dejetos.

Estudar o lixo parece algo inverossímil no campo da história. Entretanto, percebi que analisar as trajetórias do lixo implica, sobretudo, construí-lo historicamente, tornando-o visível onde, à primeira vista, ele não se faz presente. Aqui, apresentei somente alguns aspectos.

NOTAS

¹ Edital de 15 out. 1722, citado em Rocha (1992).

² Várias passagens dessa obra, bem como as Atas da Câmara, apontam os excrementos como sujeira. Para uma análise dos significados culturais da identificação das sujeiras, ver Latouche (in *Traverses*, n.11, 1978, p.95-97), “A psicanálise das lixeiras”, em que o autor sublinha que “o laço entre o dejetos e o excremento é bastante evidente”; ambos são fonte de aborrecimentos. Para o autor, esse laço acaba fazendo que todo dejetos seja representado na forma de excremento. Aí reside o fato de que a “repulsa em relação aos dejetos não é mais natural que a repulsa em relação aos excrementos”. A partir dessa imagem, não é mais possível manter uma atitude serena em relação aos restos. Entretanto, “nem todos os dejetos são repugnantes”. Um caso bem elucidativo são as embalagens: no limite poder-se-ia vender excremento desde que ele estivesse bem embalado!

³ Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo, 1821, v.16.

⁴ Código de Posturas do Município de São Paulo, 1886.

⁵ “Relatório da Comissão de Exame e Inspeção das Habitações Operárias e Cortiços no Districto de Santa Efigênia”, enviado à Câmara Municipal de São Paulo, 1893, p.43-44.

⁶ “Breve histórico da limpeza urbana no município de São Paulo”. PMSP, Secretaria de Serviços e Obras, Departamento de Limpeza Urbana (documento interno).

⁷ *Revista Limpeza Pública*, n.8, 1977, p.10. “Por razões que não pode precisar, o contrato ficou sem número”, porém pode ser encontrado no Livro de Registros (ref. E-7-6), no Arquivo Municipal.

⁸ Citação do dr. Cavalcanti em artigo escrito em defesa da instalação de incinerador de lixo na cidade de São Paulo (*Revista Médica*, 1900).

⁹ Processo similar ocorreu em outras cidades industriais do século XIX. Sobre Paris, ver Vigarello (1996). E, sobre o Brasil, ver Sant’Anna (1996).

¹⁰ A obrigatoriedade da utilização da lata de lixo na cidade de São Paulo foi decretada em 1914. Essa norma foi inspirada na determinação de 1884, do prefeito de Seine, Eugène Poubelle, que fixou a utilização e a dimensão das *poubelles*, nome pelo qual passaram a ser chamadas as latas de lixo.

¹¹ *Resíduos sólidos e limpeza pública*. São Paulo, Cetesb/Faculdade de Saúde Pública da USP, 1973, p.5-12.

¹² “Histórico da Limpeza Urbana no Município de São Paulo”, documento elaborado pela Divisão Técnica de Estudos e Pesquisa da Limpurb, v.1, p.9.

¹³ “Relatório de Atividades”, Secretaria de Serviços e Obras, PMSP, 1978. Ver, no item “Departamento de Limpeza Urbana”, história em quadrinhos protagonizada pelos personagens criados por Maurício de Souza: Mônica, Cebolinha, Magali e Cascão.

¹⁴ Propaganda da Usina Mecânica Carioca S.A., que mostrou um coletor-compactador para fazer a coleta de lixo. A frase chamariz do cartaz é: “não desperdice o que dá lucro” (*Revista Limpeza Pública*, n.2, jun. 1975).

REFERÊNCIAS

BRUNO, Ernani da Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. 3v. São Paulo: Hucitec; PMSP/SMC, 1984.

CORBIN, Alain. *Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX: Ana Gertrudes de Jesus*. São Paulo, Brasiliense, 1994.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo 1554-1897*. São Paulo: Annablume, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 3.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

LATOUCHE, Serge. *La poubelle ne ment pas*. In: *Dechets: l'art d'accommoder les restes*. Paris: Centre Georges Pompidou, 1984.

LIPOVETSKY, Gilles. *O império do efêmero: a moda e o seu destino nas sociedades modernas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MIZIARA, Rosana. *Nos rastros dos restos: as trajetórias do lixo na cidade de São Paulo*. São Paulo: Educ, 2001.

ROCHA, Aristides Almeida. "A história do lixo". In: *Resíduos sólidos e meio ambiente no Estado de São Paulo*. São Paulo, Coordenadoria de Educação Ambiental, 1992.

ROCHE, Daniel. *História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades tradicionais (séculos XVII -XIX)*. Lisboa: Teorema, 1998.

SANT'ANNA, D. B. *Propaganda e história: antigos problemas, novas questões*. *Projeto História*. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, n.14, p.89-112, 1997.

SANTOS, Teresa Luiza Ferreira dos. *Coletores de lixo: a ambigüidade do trabalho na rua*. São Paulo, 1996. Tese (Doutorado em psicologia social) – PUC/SP.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

VIGARELLO, George. *O limpo e o sujo: uma história da higiene corporal*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. O trabalho dos corpos e do espaço. *Projeto História*. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, n.13, p.7-20, 1996a.

Artigo recebido em 23.01.08. Aprovado em 26.02.08.